

Propondo um Tema de Pesquisa: a Questão Social como base analítica no campo de políticas públicas

PROPOSING A RESEARCH TOPIC: THE SOCIAL QUESTION AS ANALYTICAL BASIS IN THE FIELD OF PUBLIC POLICY

Maria Elizabeth Borges ¹

RESUMO

Este tema nasce da relação que se estabeleceu entre pesquisadoras do campo da Gestão Social e do Serviço Social, em torno do interesse comum em conhecer a atuação de órgãos públicos da área da Política de Assistência Social, ótima oportunidade para o intercâmbio de conhecimentos entre áreas de saber. De um lado, o interesse em conhecer o plano da gestão, discutindo sobre orçamento e vontade política de gestores e, de outro, a discussão sobre inovação e aprendizagem nesta área, considerando os registros dos ganhos e novidades na institucionalização dessa Política Social. Desta articulação, que vem envolvendo docentes e discentes de ambos os campos, emerge esta proposta para um tema de pesquisa para a formação em serviço social: a centralidade da questão social, conceito estruturante do campo do serviço social, como base analítica para a compreensão da ação pública, em outras palavras, das políticas públicas. Com isto, esta proposta busca transladar um conceito, a questão social, que passaria de categoria de análise do fato social, para categoria de análise da gestão do fato social.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Assistência Social; Conselho Municipal; Controle social.

ABSTRACT

This paper arises from the relationship established between the researchers in the field of Social Management and Social Services, around the common interest in knowing the performance of public agencies in the area of Social Policy, great opportunity for the exchange of knowledge between areas learn. On the one hand, interest in knowing the plan of management, discussing the budget and political will of managers and the other, the discussion about innovation and learning in this area, considering the records of earnings and news on the Institutionalization of Social Policy. From this articulation, that involved teachers and students of both fields, emerges this proposal for a research topic for training in social work: the centrality of the social question, concept structuring the field of social work, as the analytical basis for understanding the public action, in other words, public policies. From this the proposal seeks to translate a concept, social issues, which would class analysis of the social fact, for category management analysis of the social fact.

Key Words: Public Policy, Social Work, City Council; Social control.

¹ Assistente Social, Ms em serviço social. Professora Assistente do IPS/UFBA. Pesquisa sobre política social e direitos humanos. E-mail: bethborges@gmail.com.

1. O SURGIMENTO DO PROBLEMA

O campo da Assistência Social tornou-se de interesse de estudo, dada a sua entrada no rol de direitos sociais, a ser estruturada e profissionalizada no plano das práticas institucionais e, portanto, tema para pesquisadores interessados. As pesquisas dos Cursos de Serviço Social e de Gestão Social mantêm suas individualidades, mas, em algum momento os dados e os interesses acadêmicos puderam ser cruzados, especialmente no levantamento de informações sobre o funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social em Salvador, este, tomado como um importante instrumento de política pública.

A pesquisa do Grupo de docentes e discentes do Curso de Serviço Social produziu uma síntese do processo histórico de trasladação da assistência social da esfera privada para a esfera pública. A conclusão é que a assistência social surge com maior força quando esta se configura em lei e responsabilidade do Estado, uma prerrogativa de cidadania e deixa de ser um dever moral. No Brasil, só no século XX é que os pobres sem trabalho passam a ter direito à assistência social, ainda fortemente ligada à inaptidão para o trabalho. A assistência desde suas práticas mais remotas adotou critérios seletivos e até os dias atuais ainda são usados para limitar os “necessitados”, com direito à assistência social, definindo como o que não apresenta condições de trabalhar.

No Brasil, a atuação do Estado no campo da assistência social data de 1940, com a criação da LBA, numa concepção assistencialista, organizada e reprodutora do ideário do “damismo”. A tardia instituição como direito de cidadania deve-se à subordinação da assistência social a interesses clientelistas dos governantes, com atuação voltada para interesses políticos. Historicamente, ainda por estar arraigada à influência religiosa, sua prática é sem sistematização e descontínua, sem esquecer sua ligação histórica com a filantropia e também seus conflitos com a organização social do trabalho. Isto porque se discute qual o papel da assistência social em uma sociedade organizada para o trabalho.

Só nos primeiros anos do século XXI, no Brasil, é que a assistência social tem consolidado o sistema descentralizado e participativo, com o desenho institucional e normativo do Sistema Único da Assistência Social, instituído como direito de cidadania, com o reconhecimento do status de política pública, na completude de seus instrumentos. Dentre esses, os Conselhos como órgãos integrantes do SUAS, com a função de controle social sobre as instâncias de gestão.

No plano nacional, após a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8742/93), foi instalado o Conselho Nacional de Assistência Social em 1994. A estrutura de funcionamento proposta se reproduz em todas as instâncias, exigindo-se o comando único em todas as esferas de governo: composição paritária entre governo e sociedade civil, com 18 conselheiros, sendo que metade é eleita em 3 segmentos da sociedade civil relacionada à área: usuários, categorias profissionais, entidades prestadoras dos serviços (em geral, filantrópicas e ONG). O Conselho tem a função deliberativa, na aprovação de planos e programas financiados com recursos públicos, o ordenamento

jurídico/normativo, a prestação de contas e o financiamento. Os conselheiros da sociedade civil são eleitos sob a fiscalização do Ministério Público e os do governo são indicados.

Essa Política integrante da Seguridade Social tem no Conselho uma instância deliberativa importante e que, em tese, realiza um certo nível de democratização das relações sociais, o que faz com que seja sempre avaliado como um instrumento a ser valorizado, ainda que a prática das relações entre gestão e controle neguem a efetividade deste. A literatura especializada é prenhe de análises favoráveis à existência desse espaço como parte constitutiva de uma arena pública e as políticas sociais seriam favorecedoras dessa construção.

O que levou à pesquisa sobre o funcionamento desse instrumento de política pública, considerando a novidade dessa institucionalidade na área da assistência social, foi uma questão sobre a avaliação do conselho como portador de uma teoria implícita, na medida em que há uma vivência reiterada de negação do princípio de autonomia e democratização desse espaço público. As pesquisadoras tinham como questões deflagradoras da investigação: o exercício do controle social tem assegurado transparência na interlocução política e efetividade das políticas sociais públicas? As políticas de proteção social conquistaram maior grau de publicização e de universalização dos direitos sociais?

A partir dessas inquietações, que passaram a direcionar os projetos de discentes, na pesquisa PIBIC sobre a experiência de 04 conselhos municipais, e no processo de discussão entre os grupos e dos estudantes do Curso de Serviço Social e de Gestão Social, um dos conceitos a ser explicitado seria o de política pública, buscando o trato Teórico e prático dessa temática no campo de Serviço Social, como uma área que tem grande destaque em sua produção científica. Desse modo, buscamos sintetizar a concepção de políticas públicas, como uma referência necessária na construção do conhecimento e das teorizações em voga.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SERVIÇO SOCIAL

A discussão sobre políticas públicas no campo do Serviço Social passa pelo reconhecimento de que se trata de uma profissão que intervém na realidade social pela intermediação de instituições executoras de políticas sociais e, portanto, as políticas públicas se constituem campo de trabalho profissional. Para os profissionais, mais que um interesse estritamente teórico, é imperioso decifrar os mecanismos operacionais de uma Política Social, na medida em que a profissão se afirma pela mediação dos serviços no campo institucional. As demandas para o trabalho do profissional do Serviço Social independem da vontade dos sujeitos, mas nascem de um conjunto de necessidades sociais, traduzidas em políticas institucionais.

De modo geral, os estudos no Serviço Social constroem a discussão a partir da compreensão de Política Social tomada como mecanismo de resposta ao enfrentamento da “questão social”, pela via estatal. Nessa medida, os estudiosos mais críticos tomam como referencial o método marxiano, ao abordar esse fenômeno numa perspectiva de que “Política é o espaço e

consequência das lutas sociais e de classe” e que, numa totalidade social ela representa a unidade política-econômico-social.

O assistente social, ao gerar um determinado “valor de uso da sua força de trabalho”, tem os resultados de sua ação mediados por instituições, ao promover acesso a direitos e serviços. A lógica geral é de que esse profissional é um trabalhador integrado na divisão social e técnica do trabalho e as instituições executoras de políticas sociais tem-se constituído os campos de realização do trabalho profissional. A tese é de que as políticas sociais passam a integrar o complexo de reprodução das relações sociais, parte integrante dos mecanismos sociais de reprodução da sociabilidade burguesa e, portanto, também reproduzem a lógica ou a dinâmica de processos de trabalho. Ainda que a lógica do estado seja política, de prestação de serviço, em certa medida, a lógica do trabalho invade também esse campo, no conjunto de relações que envolvem a produção do lucro e de relações alienadas e exploradas.

As demandas institucionais expressam a disputa de interesses ali contidas e que explicam as razões do seu enfrentamento a partir de fragmentos da ‘questão social’ e não como ela é num todo, pois, se assim o fosse, não seria no plano institucional ou o modo de produção seria outro. As formas de enfrentamento da ‘questão social’ pela via das instituições são fragmentárias, porque não há interesse em atacá-la em sua inteireza, o que decorre da hegemonia das classes dominantes e do engendramento dos projetos sociais em disputa e as instituições representam exatamente esse processo na arena pública.

Então, a ‘questão social’ é mediada por ações públicas no seu enfrentamento, num movimento de tensionamento constante entre “conter” e “resolver”, resultado da luta em torno de projetos sociais, incorporados nas políticas públicas. Este é o fermento para a geração de políticas sociais direcionadas a determinados enfrentamentos e forma de respostas políticas, lembrando que Política Social é a expressão desse conflito e não o meio para resolvê-lo. A política concerne à canalização de interesses para formulação e tomada de decisões que afetem a coletividade e como nos lembra João Ubaldo Ribeiro (1998), refere-se tanto ao poder que se manifesta quanto ao que se organiza em silêncio, trata-se, portanto, de uma práxis.

Tomando a organização do trabalho profissional pela ótica do processo de trabalho, analogamente, seria a “questão social” o que mobiliza um conjunto de atuações no interior das instituições, constituindo-se em objeto de trabalho. A ‘questão social’ se concretiza em demandas e necessidades a serem respondidas pela mediação do Estado, sob a forma de Direitos Sociais, operados através dos mecanismos de políticas públicas, na prestação de serviços (neste campo se estabelece a mediação da compra e venda da força de trabalho), lugar onde se definem as funções e atribuições profissionais, que devem estar articuladas eticamente às demandas que reforcem direitos. Nos estudos mais críticos entre os intelectuais da profissão, busca-se estudar a Política Social como resultante do enfrentamento da “questão social”.

Podemos divisar a “questão social” como sendo fruto da contradição Capital e Trabalho (K x T) e da manutenção do capital através de sua inerente exploração, assumindo o entendimento de que a “questão social” só se impõe como tal se lhe é incorporado o elemento histórico da relação entre as classes e a capacidade de enfrentamento que tensione as bases da dominação burguesa.

Com o advento do capitalismo, há o agravamento da pobreza e da desigualdade, percebidas como situações de exclusão do conjunto de serviços uma parcela de população oriunda do proletariado. As situações geradoras dos serviços estatais são decorrentes dessa histórica exclusão social, daqueles que não detêm os meios de produção do conjunto de bens e valores construídos e distribuídos socialmente. É nesse campo denso de contrariedades e carências que se materializam as situações do trabalho profissional, constituindo-se o objeto da sua intervenção.

Para Yamamoto (2004, p.62),

“o objeto de trabalho, aqui considerado, é a questão social (...) pesquisar e conhecer a realidade é conhecer o próprio objeto de trabalho, junto ao qual se pretende induzir ou impulsionar um processo de mudanças. Nesta perspectiva, o conhecimento da realidade deixa de ser um mero pano de fundo para o exercício profissional, tornando-se condição do mesmo, do conhecimento do objeto junto ao qual incide a ação transformadora ou esse trabalho.”

Em nosso entendimento a “questão social” é uma categoria analítica, e, portanto, ela não se apresenta “em estado bruto” e as situações singularizadas nas demandas do trabalho profissional no interior das instituições, só podem ser apreendidas por mediações teóricas, fazendo uma tentativa de percurso metodológico, para tomar essas situações como aparência de um fenômeno que só pode ser compreendido numa perspectiva de totalidade.

A partir dessa matriz analítica, acrescentando o elemento histórico, como proposto por Pereira (2003, p. 120), sentimo-nos mobilizadas pela curiosidade por novas problematizações, corroborando com sua argumentação:

(...) questões são necessidades e demandas socialmente problematizadas por atores sociais estratégicos e com poder de pressão (...) que se mobilizam porque possuem condições de promover a incorporação de seus pleitos na agenda pública. Só quando um problema se transforma em questão é que surgem as políticas, como estratégias de ação. Uma questão socialmente posta sempre exige resolução política e a política só adquire significação prática e teórica na medida em que for sistematicamente uma questão.

Em outras palavras, entendemos como fruto das relações sociais de produção e reprodução dos meios de vida e de trabalho, que expressa as desigualdades inerentes ao modo de produção capitalista; estas aparecem sob a forma econômica, política, cultural, racial, geracional, gênero, vividas pelos sujeitos, que, ao politizá-las, trazem à cena pública os enfrentamentos: manifestações populares, movimentos sociais, mobilizações, articulações partidárias e institucionais, organizações em torno das reivindicações (grupos, associações, sindicatos, conselhos). Como diz Pereira (2003, p. 114) “é preciso a ação dos sujeitos estrategicamente situados e com poder de pressão para que essa questão se explicita como tal”.

Então, sustentamos o argumento de que, a ‘questão social’ é estrutural, inerente ao modo de produção capitalista, está presente no plano da vida social, expressando-se, pois, na luta de classes; aparece intrinsecamente como “manifestação” (em estado ‘bruto’) e como enfrentamento, na medida em que se articulam as formas de expressão das desigualdades e as respostas

políticas. Como em Pereira (2003, p.112), “a questão social é um desafio e tem dois elementos na sua composição: estrutural (independe da ação política dos sujeitos) e histórico (ações dos sujeitos que querem mudar a sua história).

Segundo Netto (2010),

A expressão “questão social” tem história recente: seu emprego data de menos de duzentos anos. Parece que começou a ser utilizada na terceira década do século XIX e foi divulgada até a metade daquela centúria por críticos da sociedade e filantropos. (...) A expressão surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história de uma Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno do pauperismo. Com efeito, a pauperização massiva da população trabalhadora constituiu o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial. Uma das resultantes de 1848 foi a passagem, em nível histórico-universal, do proletariado de classe em si a classe para si. As vanguardas operárias acederam, no seu processo de luta, à consciência política de que a “questão social” está necessariamente colada à sociedade burguesa: somente a supressão desta conduz à supressão daquela. A partir daí, o pensamento revolucionário passou a identificar-se na própria expressão “questão social”.

Com esse entendimento e tomando a “questão social” em sua dimensão de categoria analítica, caminhamos na afirmação de políticas sociais como o meio onde se realiza o trabalho profissional, propondo a análise dos aspectos críticos do funcionamento dos Conselhos a partir do referencial marxiano, ou seja, o instrumento não deve ser automatizado, pois, é parte do aparato normativo das políticas públicas e por sua vez, essas não podem ser entendidas descontextualizadas de seu significado econômico, político e da relação com as classes sociais e lutas na sociedade capitalista.

Sem dúvida, a pedra de toque da “questão social” é a contradição K x T, porque mesmo as desigualdades “essenciais” podem ser acirradas ou amenizadas por obra das necessidades de manutenção do capital e porque o discurso hegemônico do capital e seus argumentos gestaram uma formação social, onde nem mesmo os alicerces culturais que fundamentaram as desigualdades pré-capitalistas têm relevância maior do que sua pertinência para o capital.

O Serviço Social oferece um campo vasto de produções, sob diversas perspectivas analíticas, facilmente localizadas em periódicos e anais de Congressos e produções dos PPG, que buscam estudar a política social em suas formas mais contemporâneas, conectando à compreensão da construção da esfera pública do Brasil. São autores referenciais para estudo das políticas sociais públicas: FALEIROS, PEREIRA, SPOSATI, VIEIRA, YASBEK, como os primeiros a se preocuparem com o deciframento da Política Social como espaço de contradição e locus do trabalho profissional. Explorando mais a perspectiva crítica, buscando os fundamentos Teóricos da questão, são os

principais autores: BEHRING, BOSCHETTI, MOTA, NETTO, PASTORINI. Além desses, um conjunto de estudiosos oferece muitas contribuições sobre as políticas sociais de per si, sobretudo, destacando-se os estudos sobre os sistemas descentralizados e participativos, após a Constituição Federal, sendo os principais: BRAVO, STEIN, CASTRO, MONTÃO, SALVADOR, SILVA, e especialmente sobre a assistência social: BOSCHETTI, SCHONS, ROJAS, RAICHELIS, dentre outros/as.

3. APONTANDO O HORIZONTE DE NOVAS PROBLEMATIZAÇÕES

Na intersecção dos resultados de ambas as pesquisas, múltiplos olhares se impõem, fazendo rodar os circuitos de novas tematizações; muitas são as perspectivas de análises, a partir de interesses profissionais e sua ótica plasmada no direcionamento ético-político. Para o Serviço Social, as políticas sociais são campos de enfrentamentos políticos e os instrumentos normativos serão as “armas” privilegiadas dos trabalhadores, em busca de Direitos, como antídoto às desigualdades sociais. A compreensão desses instrumentos como particularidades de uma totalidade social não se descola de um conjunto de “complexos causais”.

Se Política Social é um complexo de múltiplas causalidades, quaisquer de seus “cases” só podem ser compreendidos como uma particularidade. O (des)funcionamento dos Conselhos é uma dimensão prática importante, pois, revela o plano da realidade em que os sujeitos se enfrentam (ou não). A dinâmica da realidade social que pode ser recortada num determinado Conselho de política pública, só é decifrável a partir de uma teia de causalidades.

Aqui a indicação do método dialético para o deciframento dessa realidade concreta e a importante passagem da aparência à essência do fenômeno e a reconstrução no pensamento do objeto real concreto-pensado. O fenômeno com o qual nos defrontamos foi o não funcionamento adequado dos Conselhos Municipais, malgrado a produção intelectual que o considera um importante instrumento de democratização e participação social para a efetivação das políticas públicas. A nossa busca é fazer essa passagem sem cair no abstrato e genérico ou mesmo reproduzir as fragmentações do universo institucional.

Pela leitura da produção intelectual no campo do Serviço Social e a partir das proposições de seus principais autores, insurge-se um tema para próximas pesquisas, buscando explicar esse fenômeno a partir das bases Teóricas, critico-analíticas utilizadas pelos profissionais desta área. Muitas serão as explicações e as hipóteses sobre o fenômeno em si, mas o que nos interessa é sair do “em si”, o imediato, e ir em busca do “para si”, a essência. Neste recorte de análise, os estudos propõem a explicitação da “questão social” como categoria analítica e social.

Propomos o tema como categoria analítica, assumindo que a “questão social” não se apresenta “em estado bruto” e que as situações singularizadas nas demandas do trabalho profissional no interior das instituições, só podem ser apreendidas por mediações teóricas, fazendo uma tentativa de percurso metodológico, para tomar essas situações como aparência de um fenômeno que só pode ser compreendido numa perspectiva de totalidade.

Este é um tema muito caro ao Serviço Social, por tratar-se de uma síntese sobre o significado social da profissão e por nos permitir compreender sua gênese. A “questão social” vem sendo problematizada como o que origina a profissão, mas há, de fato, pouca explicitação sobre o que é que se transforma diretamente pelo trabalho profissional, como sugere a leitura da “questão social” como objeto. Há uma pergunta a se fazer sobre, se é possível apreender no interior das instituições de políticas sociais as manifestações da “questão social” como objeto de processos de trabalho.

A nosso ver, não atuamos diretamente nas manifestações da ‘questão social’, e se assim entendermos, cairemos na leitura abstrata, reforçando sua fragmentação. Identificamos em nosso estudo a necessidade de fazer essa discussão sem cair em abstrações genéricas ou mesmo reproduzir as fragmentações do universo institucional. Como em Netto (2010), a nossa proposta é identificar “o complexo de causalidades da ‘questão social’, que é problemático, muito amplo, irreduzível à sua manifestação imediata como pauperismo”.

A reflexão que propomos traz uma interrogativa: o que o Serviço Social está chamando de “questão social”? No terreno das concordâncias, podemos divisar a “questão social” como sendo fruto da contradição K x T e da manutenção do capital através de sua inerente exploração, mas só se impõe como tal se lhe é incorporado o elemento histórico da relação entre as classes e a capacidade de enfrentamento que tensione as bases da dominação burguesa. Há o agravamento da pobreza e é nesse campo denso de contrariedades e carências que se materializam as situações do trabalho profissional, constituindo-se no objeto da sua intervenção.

Assumimos um primeiro aceno de reflexão, a partir da leitura do último texto do professor NETTO (2010) que me chega às mãos, circulado a partir de sua exposição no III Encontro Internacional “Civilização ou Barbárie” em que ele apresenta o tema: “Uma face contemporânea da barbárie”, afirmando que os estudos sobre a “questão social” na atualidade,

Não pode desconsiderar a forma contemporânea que adquire a lei geral da acumulação capitalista, precisa levar em conta a complexa totalidade dos sistemas de mediações em que ela se realiza. Sistemas nos quais, mesmo dado o caráter universal e planetarizado daquela lei geral, objetivam-se particularidades culturais, geo-políticas e nacionais que, igualmente, requerem determinação concreta. Se a lei geral opera independentemente de fronteiras políticas e culturais, seus resultantes societários trazem a marca da história que a concretiza. Isto significa que o desafio teórico acima salientado envolve, ainda, a pesquisa das diferencialidades histórico-culturais (que entrelaçam elementos de relações de classe, geracionais, de gênero e de etnia constituídos em formações sociais específicas) que se cruzam e tensionam na efetividade social. Em poucas palavras: a caracterização da “questão social”, em suas manifestações já conhecidas e em suas expressões novas, tem de considerar as particularidades histórico-culturais e nacionais. (Netto, 2010).

A frase instigante e que nos mobiliza a melhor decifrar os mecanismos de políticas públicas, especialmente a política de assistência social, é que “a face mais evidente da barbárie contemporânea é a articulação da repressão aos pobres com a minimização dos programas de combate à pobreza” (Netto, 2010). Abre-se um universo de deciframentos de causalidades postas nesse campo e de certo modo, nosso intelectual generoso já nos adianta um mapa de leitura fenomenal.

Para Netto (2010), “o verdadeiro problema teórico consiste em determinar concretamente a relação entre as expressões emergentes e as modalidades imperantes de exploração”. Para ele,

A dimensão bárbara inscreve-se no fundamento do modo de produção capitalista desde a sua gênese, mas combinou-se em escala diferencial, ao longo da explicitação das suas possibilidades, com a dimensão civilizatória de que era originalmente portador. Quando tais possibilidades se explicitam plenamente – vale dizer, quando o sistema subsumido totalmente ao capital chega à sua curva descendente e objetiva a sua crise estrutural, expressando-se na efetividade do tardo-capitalismo –, a dimensão civilizatória se esgota e o sistema se revela como barbárie, torna-se bárbaro. Este é o estágio atual da ordem do capital.

Está aí uma tarefa imperiosa e instigante, para quem se põe como problema a explicitação das razões reais do não funcionamento dos instrumentos de políticas públicas, na medida em que são instrumentais à ordem do capital.

REFERÊNCIAS

- BEHRING, E. R. & BOSCHETTI, I. Política Social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.
- BOSCHETTI, I. Seguridade Social e Trabalho: paradoxos na construção de políticas de previdência e assistência social no Brasil. Brasília: Ed. UnB, 2006 (cap. V)
- BRAVO, M. I. & PEREIRA, P. A. P. Política Social e Democracia. São Paulo: Cortez, 2001.
- FALEIROS, Vicente de Paula. A política social no Estado capitalista. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1983.
- IAMAMOTO, M. V. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007
- _____, Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2004
- IANNI, O. A idéia de Brasil moderno. São Paulo: Brasiliense, 1992
- NETTO, J. P. Uma face contemporânea da barbárie. III Encontro Internacional “Civilização ou Barbárie”. Nov. 2010

NETTO, J. P. Capitalismo monopolista e Serviço Social. 3ª. ed. ampliada. São Paulo: Cortez, 2001.

NETTO, J. P. Desigualdade, Pobreza e Serviço Social. Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea, Rio de Janeiro: Ed. Revan, N °19, PP. 135-170, 2007.

PASTORINI, A. Quem mexe os fios de política social. In: Serviço Social e Sociedade (53) São Paulo: Cortez, 1997 p. 80-101

PEREIRA, P. A. P. Questão social, serviço social e direitos de cidadania. In: Temporalis, ano 2, n. 3. Brasília: ABEPSS, Grafiline, 2001

PEREIRA, P. A. P. Perspectivas teóricas sobre a questão social no Serviço Social. In: Temporalis, ano 4, n. 7. Brasília: ABEPSS, Grafiline, 2003

RAICHELIS, R. Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social: caminhos da construção democrática. São Paulo: Cortez, 1998

RIBEIRO, J. U. Política: quem manda, porque manda e como manda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998

SPOSATI, A. Especificidade e intersectorialidade da política de assistência social. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, Cortez, n. 77, p. 30-53, mar. 2004.

YASBEK, M. C. A política social brasileira nos anos 90: a refilantropização da questão social. In: Cadernos ABONG. Brasília: 1995.